

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ENEVA Participações III S.A.

31 de dezembro de 2024

Com relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Eneva Participações III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Eneva Participações III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Eneva Participações III S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de abril de 2024, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Eneva Participações III S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

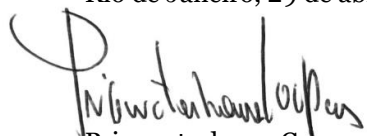
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Eneva Participações III S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2025.


PricewaterhouseCoppers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Decoded by
Guilherme Valle
Signed By: Guilherme Naves Valle-54189158524
CPF: 88199782424
Signer Title: Partner
Signing Time: 29 April 2025 11:17:01 BRT
C: ICP-Brasil (OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Email: AC: Spinguard Multipla
ICP-Brasil

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5

SUMÁRIO

Demonstrações Financeiras

Demonstrações do Resultado	3
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	4
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	5
Balanço Patrimonial	6
Balanço Patrimonial - Continuação	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

01. Contexto operacional	9
02. Apresentação das demonstrações financeiras	10
03. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	11
04. Receita operacional líquida	11
05. Custos e despesas por natureza	12
06. Resultado financeiro	13
07. Caixa e equivalentes de caixa	13
08. Títulos e valores mobiliários	14
09. Contas a receber	14
10. Tributos a recuperar	15
11. Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	15
12. Impostos diferidos	15
13. Investimentos	17
14. Imobilizado	17
15. Fornecedores	19
16. Fornecedores de projetos em construção	19
17. Tributos a recolher	20
18. Empréstimos, financiamentos e debêntures	20
19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	23
20. Provisão, ativos e passivos contingentes	25
21. Partes relacionadas	26
22. Patrimônio líquido	27
23. Eventos subsequentes	28

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	Controladora 2023	2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	4	-	-	2.753.732	1.177.951
Custo operacional	5	-	-	(1.627.290)	(878.270)
Resultado bruto		-	-	1.126.442	299.681
Despesas/Receitas operacionais					
Gerais e administrativas	5	(1.003)	(993)	(39.831)	(25.155)
Outras receitas (despesas) operacionais	5	-	-	(5.438)	(1.486)
Resultado de equivalência patrimonial	13	795.348	162.710	-	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		794.345	161.717	1.081.173	273.040
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	6	182	90	74.858	40.008
Despesas financeiras	6	(43)	(20)	(211.908)	(115.860)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		794.484	161.787	944.123	197.188
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro					
Corrente	12	-	-	(110.500)	(18.589)
Diferido	12	15	-	(39.124)	(16.812)
Lucro líquido do exercício		794.499	161.787	794.499	161.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	794.499	161.787	794.499	161.787
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Ganho (Perda) com derivativos	847	1.410	847	1.410
Total do resultado abrangente do exercício	795.346	163.197	795.346	163.197

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		794.484	161.787	944.123	197.188
Ajustes para reconciliar o lucro ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	5	-	-	186.356	84.845
Resultado de equivalência patrimonial	13	(795.348)	(162.710)	-	-
Juros empréstimos e debêntures	18	-	-	151.420	83.428
Variação monetária sobre empréstimos e debentures	18	-	-	48.773	-
Provisão, ativos e passivos contingentes	20	-	-	4	92
Rendimentos de aplicações (TVM)	6	(179)	-	(59.977)	(27.527)
Amortização de custo de captação	18	-	-	3.941	2.141
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	847	1.410
Juros de fornecedores de projetos em construção		-	-	2.080	-
Outros resultados financeiros		-	-	-	22.868
		(1.043)	(923)	1.277.567	364.445
Aumento nos ativos /Aumento nos passivos operacionais:					
Adiantamentos diversos		-	-	4.141	(12.898)
Despesas antecipadas		-	-	(9.282)	(2.086)
Contas a receber		-	-	20.886	(342.295)
Impostos a recuperar		(31)	(16)	(71.885)	(57.036)
Estoque		-	-	(9.600)	(60.611)
Impostos, taxas e contribuições		26	26	62.176	242.191
Fornecedores		-	-	67.208	136.631
Fornecedores de projetos em construção		-	-	-	55.402
Provisões e encargos trabalhistas		-	-	4.225	16.499
Operações comerciais com partes relacionadas		(336)	356	126.277	183.826
Outros ativos e passivos		-	90	11.307	1.079
		(341)	456	205.453	160.702
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		-	-	(108.073)	-
Dividendos recebidos		609.209	59.000	-	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		607.825	58.533	1.374.947	525.147
Fluxo caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado e intangível		-	-	(292.187)	(176.637)
Adiantamento para futuro aumento de capital controlada		(347.206)	(50.000)	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital controladora (Aumento)/redução de Títulos e valores mobiliários		-	118.185	-	118.185
		(199)	-	13.061	(30.559)
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumidos nas atividades de investimentos		(347.405)	68.185	(279.126)	(89.011)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Aporte de acionista não controlador		-	1.000.000	-	1.000.000
Pagamento de fornecedores de projetos em construção		-	-	(56.590)	-
Pagamento de juros fornecedores de projetos em construção		-	-	(8.191)	-
Aumento de capital		347.206	-	347.206	-
Amortizações do principal - empréstimos e financiamentos	18	-	(1.000.000)	(355.900)	(1.225.019)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	18	-	(25.474)	(134.508)	(99.937)
Custos de captações		-	(40.489)	(3.942)	(40.489)
Captação de financiamento	18	-	-	27.627	115.817
Depósitos vinculados	18	-	-	6.900	(26.612)
Dividendos pagos		(609.209)	(58.304)	(609.209)	-
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerado (consumidos) nas atividades de financiamentos		(262.003)	(124.267)	(786.607)	(276.240)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1.583)	2.451	309.214	159.896
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		2.452	1	159.897	1
No fim do exercício		869	2.452	469.111	159.897
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1.583)	2.451	309.214	159.896

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	869	2.452	469.111	159.897
Títulos e valores mobiliários	8	378	-	105.002	58.086
Contas a receber	9	-	-	321.409	342.295
Estoques		-	-	70.211	60.611
Despesas antecipadas		-	-	11.368	2.086
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10	47	16	118.065	47.115
Outros impostos a recuperar	10	-	-	638	2.836
Dividendos a receber	11	81.386	82.431	81.386	-
Operações comerciais com partes relacionadas	21	-	-	20.025	44.977
Adiantamentos a fornecedores		-	-	8.757	12.898
Outros		-	-	-	181
		82.680	84.899	1.205.972	730.982
Não circulante					
Operações comerciais com partes relacionadas	21	-	-	5.010	5.340
Outros impostos a recuperar	10	-	-	10.218	7.085
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos		15	-	-	-
Outros		-	-	840	520
		15	-	16.068	12.945
Investimentos	13	2.959.848	2.435.518	-	-
Imobilizado	14	-	-	4.722.472	4.603.800
Intangível		-	-	44.698	57.184
		2.959.863	2.435.518	4.783.238	4.673.929
Total do ativo		3.042.543	2.520.417	5.989.210	5.404.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL - CONTINUAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Passivo circulante					
Fornecedores	15	-	-	73.631	77.168
Fornecedores de projetos em construção	16	-	-	37.271	55.402
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	265.747	107.294
Debêntures	18	-	-	352.713	300.835
Dividendos a pagar	21	-	-	166.148	84.764
Operações comerciais com partes relacionadas	21	20	-	295.108	166.955
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	17	-	-	111.654	46.621
Outros impostos a recolher	17	52	26	12.469	12.899
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	6.583	5.573
Participações nos lucros		-	-	14.141	10.926
Contas a pagar - setor elétrico		-	-	22.019	18.072
Provisão - custo de ressarcimento		-	-	17.706	18.119
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico		-	-	36.200	24.736
Outras obrigações		-	-	11.112	1.849
		72	26	1.422.502	931.213
Não circulante					
Fornecedores	15	-	-	18.497	-
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	1.091.671	1.180.715
Debêntures	18	-	-	149.964	522.997
Operações comerciais com partes relacionadas	21	-	356	40.030	67.188
Provisão, ativos e passivos contingentes	20	-	-	802	92
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	12	-	-	221.795	182.671
Outros		-	-	1.478	-
		-	356	1.524.237	1.953.663
Total do Passivo		72	382	2.946.739	2.884.876
Patrimônio líquido					
Capital social	22	2.210.924	1.863.719	2.210.924	1.863.719
Reserva de capital		540.517	551.423	540.517	551.423
Reserva de legal		47.418	7.693	47.418	7.693
Reserva de Incentivos fiscais		193.536	28.898	193.536	28.898
Dividendos propostos adicionais		47.819	66.892	47.819	66.892
Outros resultados abrangentes		2.257	1.410	2.257	1.410
Total do patrimônio líquido		3.042.471	2.520.035	3.042.471	2.520.035
Total do passivo + patrimônio líquido		3.042.543	2.520.417	5.989.210	5.404.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Capital Social Integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de lucro	Outros Resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Reorganização Societária	1.354.116	-	-	-	-	-	-	-	1.354.116
Custo de captação	(40.398)	-	-	-	-	-	-	-	(40.398)
Integralização de capital	500.000	-	-	-	-	-	-	-	500.000
Reserva de Capital	-	-	500.000	-	-	-	-	-	500.000
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	28.898	-	-	(28.898)	-
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	161.787	161.787
Contribuições de Capital dos Acionistas	-	-	51.423	-	-	-	-	-	51.423
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	7.693	-	-	-	(7.693)	-
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	66.892	-	(66.892)	-
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(58.304)	(58.304)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	50.000	-	-	-	-	-	-	50.000
Integralização de AFAC	50.000	(50.000)	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes:									
Ganho com derivativos	-	-	-	-	-	-	1.410	-	1.410
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.863.719	-	551.423	7.693	28.898	66.892	1.410	-	2.520.034
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	-	164.638	-	-	(164.638)	-
Transações com acionistas:									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	794.499	794.499
Aporte de capital	347.206	-	-	-	-	-	-	-	347.206
Constituição de Reserva Legal	-	-	-	39.725	-	-	-	(39.725)	-
Transações com pagamentos baseados em ações	-	-	(10.906)	-	-	-	-	-	(10.906)
Pagamento de dividendos propostos 2023	-	-	-	-	-	(66.892)	-	-	(66.892)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	47.819	-	(47.819)	-
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	(542.317)	(542.317)
Outros resultados abrangentes:									
Ganho com derivativos	-	-	-	-	-	-	847	-	847
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.210.924	-	540.517	47.418	193.536	47.819	2.257	-	3.042.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Eneva Participações III S.A. (“Companhia” ou “Eneva III”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operação de exploração e produção (E&P) de gás natural, geração de energia e soluções em energia no Brasil. A Eneva S.A. é a controladora da Eneva Participações III S.A.

No dia 13 de junho de 2023, com a reorganização societária, a Eneva III passou a ser a detentora da totalidade das ações da Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (“PGC”) e da Parnaíba II Geração de Energia S.A. (“Parnaíba II”) e a exercer o controle sobre essas empresas através de decisão do conselho de Administração da Companhia.

Em 21 de junho de 2023, foi celebrado acordo de investimento entre a Eneva S.A. e o Itaú Unibanco S.A. (minoritários), com a interveniência e anuência da Eneva III. Com a conclusão da operação o Itaú Unibanco S.A. passou a ser o titular da totalidade das ações preferenciais de emissão da Eneva III, e a Eneva S.A., por sua vez, se manteve titular da totalidade das ações ordinárias de emissão da Eneva III. O acordo ainda prevê o direito de recompra pela Eneva S.A. da totalidade das ações preferenciais que forem detidas pelo Itaú Unibanco S.A. O acionista minoritário não detém a opção de venda das ações, sendo a Eneva S.A. controladora do exercício deste direito.

Entidade controladas

A Eneva III detém os seguintes investimentos:

Controladas

Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (a)	100%
Parnaíba II Geração de Energia S.A. (b)	100%

(a) Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (“PGC”) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Santo Antônio dos Lopes, no Estado do Maranhão. Foi constituída com o objetivo de desenvolver, construir e operar projetos de unidades de geração térmica a partir do gás natural e a comercialização de gás natural, bem como a participação no capital de outras sociedades simples ou empresariais, que possuam objeto social semelhante ao da Companhia.

Sagrou-se vitoriosa no leilão de energia nova A-6, em 31 de agosto de 2018, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O empreendimento que atende a demanda do referido leilão é a usina termelétrica UTE Parnaíba V, com capacidade instalada de 385 MW e será instalada no Complexo Termelétrico Parnaíba, no estado do Maranhão. A UTE Parnaíba V contratou 326,4 MW médios, assegurando uma receita fixa anual de R\$ 272.377 (data-base: março/2018), pelo prazo de 25 anos, a partir de janeiro de 2024. Em 2020, incorporou a Parnaíba I Geração de Energia S.A., titular das outorgas dos empreendimentos (usinas) UTE Maranhão IV e UTE Maranhão V. Em 2023, foi aprovado o início da operação comercial da UTE Parnaíba V, com capacidade potência limitada em 365,32 MW. A Usina iniciou, em 2024, o suprimento contratado no âmbito do Leilão de Energia Nova A-6 de 2018 da Aneel.

(b) Parnaíba II Geração de Energia S.A. (“Parnaíba II”) é uma sociedade anônima de capital fechado com o objetivo social de desenvolvimento, construção e operação de projetos de unidades de geração térmica a partir do gás natural e a comercialização de gás natural. Possui autorização para operação de usina termelétrica a gás natural (UTE), empreendimento reservatório-to-wire (R2W), instalada na cidade de Santo Antônio dos Lopes, localizada no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de geração de 751 MW.

Suas atividades iniciaram através da UTE Maranhão III, sagrou-se vitoriosa no Leilão de energia A-3, em 2011, garantindo a comercialização de 568 MW e contratou a venda de 450 MW médios por um período de 20 anos contados a partir de fevereiro de 2014, o qual foi posteriormente alterado para 1º de julho de 2016, nesse período a UTE Maranhão III iniciou operação comercial, conforme autorização da ANEEL, marcando o início de sua remuneração segundo os termos do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR). Em 2019, incorporou o acervo líquido contábil das subsidiárias Parnaíba III Geração de Energia S.A. e Parnaíba IV Geração de Energia S.A., com seus respectivos empreendimentos, a UTE Nova Venécia e a UTE Parnaíba IV. Em 2021, a UTE Parnaíba IV firmou compromisso de venda de potência, pelo prazo de 15 anos, para entrega a partir de 1º de julho de 2026, assegurando receita fixa anual durante o período de suprimento. Este empreendimento possui uma capacidade instalada de 56 MW e, dado que foi o empreendimento marginal do leilão, vendeu uma capacidade de 39 MW. Em 2023 iniciaram as obras de construção do empreendimento Parnaíba VI, expansão da UTE MC2 Nova Venécia 2, com capacidade instalada adicional de 92 MW. Esse empreendimento foi vencedor do leilão A-6 de 2019 e contratou 70 MW, assegurando receita fixa anual de R\$ 85.346 mil (data-base: abril de 2019), pelo prazo de 25 anos, a partir de 1º de janeiro de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” (IFRS® *Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC® *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e também de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3 – “Estimativas e julgamentos contábeis críticos”.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de abril de 2025.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 216.530 (R\$ 200.231 em dezembro 2023) entende que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro, como a construção de Parnaíba VI.

A Companhia gerou em 2024 fluxo de caixa operacional positivo no montante de R\$ 1.374.947 (R\$ 525.147 em dezembro 2023), além de ter gerado lucros consistentes nos últimos anos, incluindo em 2024, no montante de R\$ 794.499 (R\$ 161.787 em dezembro 2023), além de ter obrigações de curto prazo com partes relacionadas.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (milhares), que é a moeda funcional da Companhia.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

Alterações em pronunciamentos contábeis

O IASB e o CPC emitiram revisões das normas existentes aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2024. Outras normas também entraram em vigor na mesma data, mas não identificamos impactos materiais às demonstrações financeiras da Companhia. As principais alterações avaliadas foram:

CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Acordos de financiamentos de fornecedores

As alterações passam a requerer que a entidade divulgue informações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitam aos usuários avaliarem os efeitos desses acordos nos passivos e fluxos de caixa da entidade e na exposição da entidade ao risco de liquidez. A Companhia avaliou o conteúdo desse pronunciamento e não identificou a necessidade de divulgar informações adicionais além daquelas que já estão divulgadas na nota explicativa nº 16 – Fornecedores de projetos em construção.

Mudanças em pronunciamentos contábeis a partir de 2025

Recentemente, algumas normas e interpretações contábeis foram emitidas e entraram em vigor a partir de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma e não espera que elas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras futuras da Companhia. A principal nova norma avaliada foi:

IFRS 18 – Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras

A IFRS 18 substituirá a IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes, fornecendo informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas. Mesmo com efeitos obrigatórios a partir de janeiro de 2027, de forma comparativa ao exercício de 2026, a Administração já estuda detalhadamente os impactos do novo padrão das demonstrações financeiras da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Estimativas e julgamentos	Nota Explicativa
Recuperabilidade dos impostos diferidos	12
Vida útil do ativo imobilizado	14
Provisão, ativos e passivos contingentes	20

4. Receita operacional líquida

Prática contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é a líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos.

A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto for transferido para o cliente.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

	2024	Consolidado 2023
Receita bruta		
Disponibilidade (ACR) (a)	1.993.931	856.548
Venda de energia (ACR) (b)	545.466	248.968
Venda de energia (ACL) (c)	674.304	203.943
	3.213.701	1.309.459
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas	(293.769)	(119.719)
P&D (d)	(28.900)	(11.789)
Ressarcimento (e)	(137.300)	-
	(459.969)	(131.508)
Total da receita líquida	2.753.732	1.177.951

Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) celebrados entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão contendo condições de receitas fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes.

Esse tipo de contrato tem como objetivo minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos são assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo, positivas ou negativas, são assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela Aneel.

Cabe destacar ainda que esses contratos possuem mecanismo de reajuste anual para a parcela fixa para a recomposição da inflação acumulada no período. A parcela variável por sua vez possui como um de seus componentes a taxa de inflação, reduzindo substancialmente o descasamento entre as receitas e os custos de geração.

(a) Disponibilidade ACR (Receita fixa)

Essa modalidade de receita tem como objetivo remunerar o empreendimento de geração mantido à disposição do Sistema Nacional Integrado (SIN) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"). Essa receita sofre atualização anualmente conforme definido em contrato.

(b) Venda de Energia ACR (Receita Variável)

Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e por meio de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não é considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

(c) Venda de energia ACL

Na operação de contratação em ambiente livre, a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

Deduções da receita

(d) Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

As empresas reguladas pela ANEEL têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico.

(e) Ressarcimento da receita fixa

As usinas termelétricas com contratos regulados de venda de energia por disponibilidade vigentes com o Sistema Interligado Nacional (SIN) que exportam energia elétrica devem incorrer em custos de ressarcimento de receita fixa ao sistema elétrico brasileiro, proporcional ao tempo em que a usina gerou energia nesta modalidade, referente à quantidade de energia comprometida com o SIN (regra determinada pela portaria normativa nº 86 de 21 de outubro de 2024 do Ministério de Minas e Energia).

5. Custos e despesas por natureza

A composição dos custos de geração de energia e das despesas operacionais da Companhia é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo				
Insumos de geração	-	-	(657.958)	(274.866)
Aluguéis	-	-	(360.191)	(179.777)
Regulatórios	-	-	(211.316)	(131.398)
Depreciação e amortização	-	-	(185.399)	(84.327)
Energia elétrica para revenda	-	-	(79.841)	(147.728)
Pessoal	-	-	(63.962)	(29.585)
Seguros operacionais	-	-	(22.218)	(7.622)
Serviços de terceiros	-	-	(19.246)	(3.806)
Material de consumo	-	-	(5.606)	(6.453)
Outras receitas (despesas)	-	-	(21.552)	(12.708)
	-	-	(1.627.290)	(878.270)
Despesas administrativas e gerais				
Serviços de terceiros	(1.003)	(993)	(35.822)	(24.637)

Pessoal	-	-	(1.971)	-
Depreciação e amortização	-	-	(957)	(518)
Seguros operacionais e administrativos	-	-	(234)	-
Impostos e contribuições	-	-	(15)	-
Outras despesas	-	-	(833)	-
	(1.003)	(993)	(39.831)	(25.155)
Outras receitas e despesas				
Outras	-	-	(5.438)	(1.486)
	-	-	(5.438)	(1.486)
Total	(1.003)	(993)	(1.672.559)	(904.911)

6. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Aplicação financeira	179	90	59.977	27.527
Variação cambial e monetária	-	-	6.739	382
Desconto juros de arrendamento	-	-	635	9.979
Outros	3	-	7.507	2.120
	182	90	74.858	40.008
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(45.633)	(13.369)
Juros de debêntures	-	-	(91.100)	(70.059)
Amortização custo de transação de empréstimos	-	-	(3.941)	(2.141)
Comissão sobre fianças bancárias	(34)	(15)	(9.778)	(8.092)
Juros de passivos de arrendamento	-	-	(59)	-
Juros sobre mútuos	-	-	(1.350)	-
Variação cambial e monetária	-	-	(48.676)	(15.845)
Juros de fornecedores	-	-	(2.080)	-
Outros	(9)	(5)	(9.291)	(6.354)
	(43)	(20)	(211.908)	(115.860)
Resultado Financeiro	139	70	(137.050)	(75.852)

7. Caixa e equivalentes de caixa

Prática contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e bancos	2	-	35.877	42.996
Fundo de Investimento	<i>a</i> 867	1.756	231.471	68.554
CDB/Compromissadas	<i>b</i> -	696	201.763	48.347
	869	2.452	469.111	159.897

a. Trata-se do fundo de investimentos em Cotas de FI Renda Fixa Crédito Privado Eneva administrado pelo Itaú Unibanco S.A. O saldo está composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável. Essas operações possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

b. Representam valores investidos em CDBs e Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 103,65%.

8. Títulos e valores mobiliários

Prática contábil

Referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As aplicações financeiras geram receitas, que são apresentadas no grupo do Resultado Financeiro.

		Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Fundo de investimento	<i>a</i>	378	-	101.269	44.293
Ações da controladora	<i>b</i>	-	-	3.733	13.793
		378	-	105.002	58.086

- a.* Os papéis dos fundos de investimento classificados como títulos e valores mobiliários possuem vencimentos que ocorrerão entre 2025 e 2030 com liquidez diária e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade, tais como títulos de renda fixa, títulos públicos, dentre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. Adicionalmente, os fundos de investimento são aplicações em cotas (FIC), administrados pelo Banco Itaú, que alocam seus recursos em cotas de diversos fundos abertos com suscetibilidade de variação do valor. A Companhia não possui gestão e controle direto sobre exposição, direitos, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento e capacidade de utilizar seu poder para afetar o valor dos retornos sobre esses investimentos.
- b.* Referem-se às operações de recompra das ações da controladora Eneva S.A. pela Parnaíba II para atendimento aos programas de incentivo a longo prazo dos executivos do grupo. A variação no período ocorreu em função do exercício pelos beneficiários dos programas.

9. Contas a receber

Prática contábil

As contas a receber de clientes da Companhia corresponde aos valores faturados e provisionados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE) quando necessário.

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado	271.369	342.295
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre	50.040	-
	321.409	342.295

Avaliação do risco de crédito

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada.

As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Dessa forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas.

O mercado de contratação livre de energia ainda conta com outras formas de mitigação do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Além disso, a Companhia realiza uma análise individual por cliente a fim de avaliar se há algum cliente com risco de crédito, histórico e condições de venda. Após a análise, não foi identificado nenhum risco de perda de crédito esperada.

10. Tributos a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSL) a recuperar está representado a seguir:

	2024	Controladora 2023	2024	Consolidado 2023
Imposto de Renda - IRPJ	47	16	43.261	20.034
Contribuição Social - CSL	-	-	74.804	27.081
	47	16	118.065	47.115
Circulante	47	16	118.065	47.115

Os demais tributos a recuperar estão compostos por:

	2024	Consolidado 2023
PIS	2.298	2.184
COFINS	7.906	7.085
ICMS	507	507
Outros	145	145
	10.856	9.921
Circulante	638	2.836
Não circulante	10.218	7.085

11. Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

Prática contábil

A Companhia possui dividendos mínimos obrigatórios a receber de suas controladas baseados no estatuto social da Companhia e nos limites definidos na legislação aplicável. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é destinado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária.

Ao longo do exercício de 2024 a Companhia recebeu dividendos nos valores de R\$ 462.389 e R\$ 146.820, das controladas PGC e Parnaíba II, respectivamente. Os saldos de dividendos a receber estão detalhados na nota explicativa nº 21 - Partes relacionadas

12. Impostos diferidos

Prática contábil

Os tributos de Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSL") correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que geram lucro tributável.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e, quando apropriado, estabelece provisões dos valores estimados para pagamento às autoridades fiscais.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando há um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

As despesas de IRPJ e CSL do exercício são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Estimativas e julgamentos

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aqueles adotados para fins de tributação, e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 6 anos. As estimativas dos lucros tributáveis futuros estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, levando em consideração as principais premissas de receitas estimadas, custos e despesas, crescimento econômico e CAPEX.

Composição dos tributos diferidos por natureza (ativos e passivos):

	2024	2023
Diferidos sobre prejuízo fiscal/ base negativa	-	18.011
Diferidos sobre diferenças temporárias ativas:		
Provisões ativas	7.038	5.876
Gastos pré-operacionais – inclusive RTT	27.786	27.786
Direito de uso	127	206
Total ativo diferido	34.951	51.879
Diferido sobre diferenças temporárias passivas:		
Arrendamento a pagar	(99)	(196)
Depreciação acelerada	(209.144)	(184.808)
Provisões passivas	(35)	-
Juros capitalizados	(47.468)	(49.546)
Total passivo diferido	(256.746)	(234.550)
Diferido líquido	(221.795)	(182.671)

a. A expectativa de realização do ativo diferido constituído sobre as diferenças temporárias é em sua totalidade no ano de 2025.

Conforme exigido pela norma contábil CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser compensados na mesma entidade fiscal para fins de apresentação.

	2024			2023		
	IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/Base negativa	IRPJ/CSL sobre Diferenças temporárias	Total	IRPJ/CSL diferidos sobre prejuízo fiscal/Base negativa	IRPJ/CSL sobre Diferenças temporárias	Total
Eneva Participações III	-	15	15	-	-	-
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.	-	(150.662)	(150.662)	-	(137.844)	(137.844)
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	-	(71.148)	(71.148)	18.011	(62.838)	(44.827)
Total passivo diferido líquido			(221.795)			(182.671)

Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

Em 31 de dezembro de 2024, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o Imposto de Renda - “IRPJ” (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido “CSL” (alíquota de 9%). A conciliação do valor calculado pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas de IRPJ e CSL correntes e diferidos é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	794.483	161.786	944.123	197.188
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ/CSL à alíquota nominal	(270.124)	(55.007)	(321.002)	(67.044)

Resultado de equivalência patrimonial	270.418	55.321	-	-
Outras diferenças permanentes	-	-	809	1.836
Tributos não constituídos	(279)	(314)	(279)	(314)
Redução benefício SUDENE, doações incentivadas e PAT	-	-	170.848	30.121
IRPJ e CSL correntes e diferidos	15	-	(149.624)	(35.401)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	-	-	(110.500)	(18.589)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	15	-	(39.124)	(16.812)
Total	15	-	(149.624)	(35.401)
Alíquota efetiva	-	-	15,85%	17,95%

13. Investimentos

Prática contábil

Controladas são todas as entidades das quais a Companhia detém o controle. A consolidação contábil é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de exercer o controle.

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras. As transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela controladora.

Controladas diretas	Participação societária	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A	100%	617.880	2.553.363	(868.270)	(978.561)	1.324.413	605.756
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	100%	496.562	2.297.898	(508.445)	(650.579)	1.635.435	189.592

Mutação dos Investimentos	Saldo em 2023	Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 2024
Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A	1.231.045	-	605.756	-	(512.388)	1.324.413
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	1.204.473	347.205	189.592	(10.060)	(95.775)	1.635.435
	2.435.518	347.205	795.348	(10.060)	(608.163)	2.959.848

14. Imobilizado

Prática contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo, que podem incluir:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e
- custos de empréstimos obtidos para a construção de ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos.

Composição dos saldos

								2024
	Terrenos	Edificações, Obras Civas Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	16 anos	-	1 a 28 anos	
Custo								
Saldo em 31/12/2023	7.689	1.983.850	2.314.563	5.432	7.472	1.429.003	1.380	5.749.389
Adições	-	-	-	-	-	292.187	-	292.187
Baixas	-	-	-	-	-	(7)	(692)	(699)
Transferências	-	100.849	285.177	270	2.360	(388.655)	-	-
Saldo em 31/12/2024	7.689	2.084.699	2.599.740	5.702	9.832	1.332.527	688	6.040.877
Depreciação								
Saldo em 31/12/2023	-	(445.159)	(691.271)	(3.852)	(4.266)	-	(1.041)	(1.145.589)
Adições	-	(67.351)	(104.869)	(515)	(481)	-	(844)	(174.060)
Baixas	-	-	-	-	-	-	1.244	1.244
Saldo em 31/12/2024	-	(512.510)	(796.140)	(4.367)	(4.747)	-	(641)	(1.318.405)
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2023	7.689	1.538.691	1.623.292	1.580	3.206	1.429.003	339	4.603.800
Saldo em 31/12/2024	7.689	1.572.189	1.803.600	1.335	5.085	1.332.527	47	4.722.472

								2023
	Terrenos	Edificações, Obras Civas Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
Faixa de depreciação	-	25 a 50 anos	5 a 40 anos	6 anos	16 anos	-	1 a 28 anos	
Custo								
Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reorganização Societária	7.689	1.883.643	2.192.539	5.432	7.452	1.394.683	(3.721)	5.487.717
Adições	-	-	-	-	-	257.388	5.101	262.489
Baixas	-	-	-	-	-	(817)	-	(817)
Transferências	-	100.207	122.024	-	20	(222.251)	-	-
Saldo em 31/12/2023	7.689	1.983.850	2.314.563	5.432	7.472	1.429.003	1.380	5.749.389
Depreciação								
Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reorganização Societária	-	(409.899)	(647.400)	(3.512)	(4.047)	-	(611)	(1.065.469)
Adições	-	(35.260)	(43.871)	(340)	(219)	-	(430)	(80.120)
Saldo em 31/12/2023	-	(445.159)	(691.271)	(3.852)	(4.266)	-	(1.041)	(1.145.589)
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2022 (Não auditado)	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	7.689	1.538.691	1.623.292	1.580	3.206	1.429.003	339	4.603.800

Avaliação de recuperabilidade dos ativos (Impairment)

A Companhia realizou a avaliação quanto à existência de qualquer indicativo de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do seu ativo imobilizado, conforme estabelecido pelos normativos contábeis, e não foi identificado nenhum indicativo para esses ativos.

Ativos dados em garantia

Conforme citado na nota explicativa nº 18 – Empréstimos e financiamentos e debêntures, os empréstimos obtidos estão garantidos através do fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs, bem como as UTE's, juntamente com os direitos de operar as plantas.

15. Fornecedores

Prática Contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

		2024	Consolidado 2023
Geração de energia		8.506	3.616
Manutenção das usinas	<i>a</i>	63.272	52.290
Comercialização de energia	<i>b</i>	2.574	13.499
Outros		17.776	7.763
Total		92.128	77.168
Circulante		73.631	77.168
Não circulante		18.497	-

a. Valores referentes às paradas programadas das usinas, que têm como objetivo a manutenção de máquinas e o aumento de sua vida útil.

b. O saldo é composto pela compra de energia elétrica no ambiente de contratação livre por meio de contratos bilaterais.

16. Fornecedores de projetos em construção

Prática Contábil

A Companhia renegociou os passivos oriundos de obrigações junto aos principais fornecedores dos projetos em construção. Essa renegociação teve como objetivo a extensão de prazo para liquidação dessas obrigações. A Companhia avalia se as alterações nos termos e condições do passivo original modificam substancialmente o fluxo de caixa exigido para a liquidação da obrigação ou não. Se o passivo original foi substancialmente modificado, a Companhia desreconhece o passivo original e reconhece um novo passivo, registrando o eventual ganho/perda gerado pelas alterações no resultado ou no imobilizado. Se o passivo original não foi substancialmente modificado, a Companhia mantém o passivo original reconhecido. Essa avaliação considera aspectos qualitativos e quantitativos, vinculados respectivamente a natureza e à função dos passivos, e o reflexo quantitativo na mudança dos fluxos de caixa da obrigação.

Composição

	2024	2023
Fornecedores de projetos em construção	40.612	59.411
Juros a incorrer de fornecedores – AVP	(3.341)	(4.009)
Total	37.271	55.402

A Companhia concluiu pela manutenção do passivo original, considerando que, em média, a diferença entre os fluxos originais e os renegociados tiveram uma diferença de apenas 2,2%.

A negociação com fornecedores teve como objetivo alinhar o fluxo de caixa dos projetos em construção, seja liberando financiamentos contratados ou iniciando a geração de caixa desses ativos.

Adicionalmente, para esses passivos em específico, a Companhia realiza o registro contábil com base no valor presente das obrigações. O Ajuste a Valor Presente (AVP) é apurado levando em consideração as taxas de juros praticadas nas operações e a curva de juros DI

x Pré na B3, referência para marcação a mercado de instrumentos financeiros e adotada como taxa de desconto para o prazo remanescente dos títulos em aberto.

17. Tributos a recolher

Os saldos de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSL) a recolher estão representados a seguir:

	2024	Controladora 2023	2024	Consolidado 2023
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	37.063	15.601
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSL	-	-	74.591	31.020
	-	-	111.654	46.621

A seguir, apresentamos os saldos dos demais impostos e contribuições a recolher:

	2024	Controladora 2023	2024	Consolidado 2023
ICMS	-	-	3.801	2.425
PIS, COFINS e IOF	1	-	7.606	9.533
Outros	52	26	1.062	941
	53	26	12.469	12.899

A Companhia é tributada com base no regime de Lucro Real efetuando as antecipações mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos da legislação vigente.

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os saldos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é por meio dos fluxos de caixa de financiamentos.

Depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia avalia se os depósitos vinculados aos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures atendem aos seguintes critérios:

- não estão condicionados a eventos futuros; e
- são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência.

Dessa forma, o valor dos depósitos vinculados é apresentado junto aos empréstimos, financiamentos e debêntures a eles relacionados, assim como é apresentado dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

Empresa	Credor	Moeda	Taxas de juros	Taxas efetivas	Vencimento	2024			Consolidado 2023				
						Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Empréstimos e financiamentos													
PGC	BNB	R\$	IPCA+ 1,9388%	9,78%	15/07/2036	(4.963)	821.557	287.060	1.103.654	(5.833)	842.048	245.279	1.081.494
Parnaíba II	FDNE	R\$	IPCA+ 3,383%	8,80%	01/07/2041	(3.952)	274.180	36.316	306.544	(4.915)	246.553	13.117	254.755
						(8.915)	1.095.737	323.376	1.410.198	(10.748)	1.088.601	258.396	1.336.249
Depósitos Vinculados						-	(52.780)	-	(52.780)	-	(48.240)	-	(48.240)
Saldo líquido de empréstimos e financiamentos						(8.915)	1.042.958	323.376	1.357.419	(10.748)	1.040.361	258.396	1.288.009
Circulante						(1.158)	53.062	213.844	265.748	(853)	20.503	87.644	107.294
Não circulante						(7.757)	989.896	109.532	1.091.671	(9.895)	1.019.858	170.752	1.180.715
Debêntures													
PGC	1ª emissão - 1ª Série	R\$	IPCA+ 7,2227%	16,00%	15/11/2025	(460)	121.192	708	121.441	(1.154)	211.592	1.764	212.202
PGC	1ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI+ 2,5%	17,61%	15/11/2025	(512)	97.528	1.517	98.533	(1.513)	188.993	3.128	190.608
Parnaíba II	3ª emissão - 2ª Série	R\$	CDI+ 1,20%	11,45%	02/10/2024	(1)	(1)	-	(2)	(127)	145.000	4.469	149.342
Parnaíba II	3ª emissão - 3ª Série	R\$	CDI+ 1,76%	17,17%	02/10/2026	(360)	360.000	10.880	370.520	(647)	360.000	11.582	370.935
						(1.333)	578.719	13.105	590.491	(3.441)	905.585	20.943	923.087
Depósitos Vinculados						-	(87.815)	-	(87.815)	-	(99.255)	-	(99.255)
Saldo líquido de debêntures						(1.333)	490.905	13.105	502.676	(3.441)	806.330	20.943	823.832
Circulante						(1.170)	340.778	13.105	352.713	(2.294)	282.186	20.943	300.835
Não circulante						(163)	150.127	-	149.964	(1.147)	524.144	-	522.997

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos. Entretanto, os empréstimos obtidos estão garantidos na estrutura equivalente à Project Finance, principalmente através dos ativos (máquinas e equipamentos), bem como pelo fluxo de faturamento dos contratos de CCEARs. Adicionalmente, os financiamentos também contam com o aval de sua Controladora.

Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures (circulante e não circulante):

	Empréstimos e financiamentos	Consolidado Debêntures
Saldo em 2023	1.288.009	823.832
(+) Novas captações	27.627	-
(+) Juros incorridos	60.320	91.100
(+/-) Variação monetária	40.230	8.543
(-) Pagamento de principal	(20.491)	(335.409)
(-) Pagamento de juros	(35.570)	(98.938)
(+) Custo de captação	1.834	2.108
(+/-) Depósitos vinculados	(4.540)	11.440
Saldo em 2024	1.357.419	502.676

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos	Consolidado Debêntures
Ano de Vencimento		
2026	134.423	237.779
2027	73.795	-
2028	113.860	-
2029	81.469	-
2030 até o último vencimento	740.903	-
	1.144.450	237.779
	(52.780)	(87.815)
Total	1.091.671	149.964

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamentos e debêntures da Companhia possuem cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais são monitoradas regularmente pela Tesouraria e reportadas periodicamente à Administração, para garantir que o contrato seja cumprido:

- (i) Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- (ii) Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações;
- (iii) Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- (iv) Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- (v) Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- (vi) Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- (vii) Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores; e

Os contratos de empréstimos e financiamentos e as emissões de debêntures contêm cláusulas específicas de covenants financeiros, as quais se encontram atendidas. O descumprimento de tal índice resultaria na possibilidade de declaração de vencimento antecipado dos empréstimos e das debêntures, tornando-se exigíveis os respectivos valores em aberto e, por consequência a reclassificação do passivo não circulante para o passivo circulante.

Empresa	Descrição dos <i>covenants</i> financeiros	Posição em 31/12/2024	Posição em 31/12/2023
PGC	Dívida líquida de, no máximo, 3,0* ¹ vezes o EBITDA Índice de cobertura do serviço da dívida igual ou maior de 1,2* ²	Atendido	Atendido
Parnaíba II	Dívida líquida de no máximo 3,0 vezes o EBITDA	Atendido	Atendido

*¹ conforme deliberado e aprovado na assembleia de debenturistas da 1ª (primeira) emissão de debêntures da PGC, em 31 de dezembro de 2024 o quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA poderá atingir até 3,0 (três inteiros).

*² Adicionalmente, foi deliberado e aprovado que o índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) terá a sua apuração suspensa, para o exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2024.

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Prática contábil

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são, em sua maioria, medidos pelo custo amortizado, mas em alguns casos podem ser avaliados pelo valor justo, com impacto no resultado ou em outros resultados abrangentes.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível I**

São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração.

- **Nível II**

São informações, que não incluem os preços cotados no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.

- **Nível III**

São informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

	Hierarquia	2024	2023
Ativos Financeiros			
Custo Amortizado			
Caixa e equivalente de caixa	N.A.	237.640	91.343
Contas a receber	N.A.	321.409	342.295
Operações comerciais com partes relacionadas	N.A.	25.035	50.317
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	231.471	68.554
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	105.002	58.086
Passivos Financeiros			
Custo Amortizado			
Fornecedores	N.A.	101.204	77.168
Fornecedores de projetos em construção	N.A.	37.271	55.402
Empréstimos e financiamentos	N.A.	1.357.418	1.288.009
Debêntures	N.A.	502.677	823.832
Operações comerciais com partes relacionadas	N.A.	335.138	234.143
Contas a pagar – Setor elétrico	N.A.	22.019	18.072

Provisão de custo por indisponibilidade	N.A.	17.706	18.119
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	N.A.	36.200	24.736
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos Financeiros Derivativos	Nível 2	-	191

Métodos e técnicas de avaliação

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo durante o exercício.

Alguns instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em função do seu ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do seu saldo contábil. O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Demonstramos abaixo o valor justo dos passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado:

Passivos financeiros	2024		2023	
	Saldo Contábil	Estimativa de Valor Justo - Nível 2	Saldo Contábil	Estimativa de Valor Justo - Nível 2
Debêntures	502.677	503.340	823.832	785.172

Risco de mercado

Risco de variação nos preços de mercadorias (commodities), taxas de câmbio e de juros.

Risco taxa de inflação e juros flutuantes

A Companhia tem seu passivo indexados ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI) e no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O ativo da Companhia, representado por suas receitas, também será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fato que reduz substancialmente o descasamento entre as taxas de inflação de ativos e passivos.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das dívidas aos quais a Companhia estava exposta, foram definidos 3 diferentes cenários. Como cenário provável, a Companhia utilizou projeções de mercado para estimar o que seriam as despesas financeiras brutas para os próximos 12 meses. Como cenários alternativos, a Companhia calculou qual seria a perda financeira para os próximos 12 meses caso as curvas de CDI e IPCA fossem deslocadas em 25% e 50%, respeitando os prazos de pagamento de cada linha.

Risco	Cenário Provável	Cenário I Alta de 25%	Cenário II Alta de 50%
Risco de Cash Flow:	Alta na Taxa de Juros		
Passivo Indexado ao CDI	72.903	88.262	103.351
Passivo Indexado ao IPCA	145.477	172.362	198.896
Despesa Financeira Esperada	218.380	260.624	302.248
Aumento da Despesa Financeira		42.244	83.868

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

Risco cambial

Companhia possui exposição cambial relativa à compra de equipamentos para construção de Parnaíba VI, entretanto realiza proteção de câmbio para esses equipamentos vinculados a construção, e por isso entende que o risco residual é baixo.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

						Consolidado
	Reorganização societária	Atualizações	2023 Saldo acumulado	Adições	Reversão	2024 Saldo acumulado
Cível	-	-	-	120	-	120
Trabalhista	-	-	-	586	-	586
Tributário	40	52	92	96	(92)	96
Total das Provisões	40	52	92	802	(92)	802

Contingências com risco possível (não provisionado)

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e ambiental que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos como possível, as quais estão assim representadas:

	Consolidado	
	2024	2023
Ambientais	18.070	18.170
Trabalhistas	1.190	1.743
Cíveis	^a 451.985	609.064
Tributárias	34.857	33.869
	506.102	662.846

a. Procedimentos Arbitrais da Companhia

Os valores envolvidos na arbitragem, contra a “PGC”, bem como os números detalhados abaixo, são uma estimativa da soma dos pleitos atualizados formulados pelas partes. Os pedidos formulados contra a “PGC” são estimados em R\$ 451 milhões, enquanto os pedidos reconventionais apresentados são estimados em R\$ 3.1 bilhões.

A majoração dos valores em disputa se deu por conta da reavaliação dos pleitos formulados pelas partes no procedimento arbitral, na medida em que, no momento da assinatura do termo de arbitragem, os danos emergentes não estavam liquidados e os lucros cessantes ainda não haviam sido apurados.

21. Partes relacionadas

Prática contábil

As transações de compra e de venda de energia são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Operações comerciais						
Eneva Comercializadora de Energia Ltda.	5.647	25.023	4.922	19.506	42.008	-
Eneva S.A. (a)	18.310	19.570	328.197	213.357	(921.374)	-
Focus Energia Ltda.	-	5.138	-	-	-	-
Outros	1.078	586	2.020	1.280	(15)	-
	25.035	50.317	335.139	234.143	(879.381)	-
Dividendos						
Eneva S.A. (b)	81.386	-	-	84.764	-	-
	81.386	-	-	84.764	-	-
	106.421	50.317	335.139	318.907	(879.381)	-

(a) Refere-se aos valores devidos à Eneva S.A. pelo fornecimento de gás natural e arrendamento de capacidade da unidade de tratamento de gás e, também, pelos gastos relativos ao compartilhamento de recursos administrativos.

(b) A composição do saldo de dividendos a pagar é devido a Eneva S.A. (controladora da Eneva III), apurados antes da operação de reorganização societária detalhada na nota explicativa nº 1 – Contexto operacional.

Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração da Controladora efetuar a distribuição da verba entre eles.

Durante o exercício de 2024, a administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora. Assim sendo, não foram incorridos gastos com remuneração desses administradores pela Companhia.

22. Patrimônio líquido

Capital social

Em 02 de outubro de 2024 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, de R\$ 1.904.117.258 para R\$ 2.251.321.858, totalmente subscrito e integralizado, um aumento no montante de R\$ 347.204.600, mediante a emissão de novas ações ordinárias, dividido em 1.449.165.941 ações ordinárias e 239.294.014 ações preferenciais, ambas escriturais e sem valor nominal.

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias e preferenciais, onde 100% das ações preferenciais pertence ao Itaú Unibanco S.A e 100% das ações ordinárias pertence a Eneva S.A.

Acionistas	Controladora 2024		Controladora 2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Itaú Unibanco S.A.	239.294.014	14,17%	239.294.014	15%
Eneva S.A.	1.449.165.941	85,83%	1.366.081.958	85%
Total	1.688.459.955	100,00%	1.605.375.972	100,00%

Reserva de capital

As reservas de capital da Companhia foram constituídas mediante aporte relativo à integralização das ações preferenciais da Companhia pelo Itaú Unibanco S.A., nos termos aprovados por Assembleia Geral Extraordinária. Em 31 de dezembro de 2024 foram constituídos R\$ 551.423, que corresponde a 29,59% do capital social.

Reserva legal

De acordo com a Lei 6.404/76 art. 193, 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinado para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital social e/ou 30% da reserva legal constituída mais a reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído reserva no montante de R\$ 47.418, correspondente a 2,14% do capital social.

Reserva de incentivo fiscal

SUDENE

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Esse benefício corresponde à redução de 75% do Imposto de Renda, no período de 10 anos. Para o período de 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu os montantes de R\$ 129.148 e R\$ 35.490 de incentivo fiscal da Sudene referente as subsidiárias PGC e Parnaíba II, respectivamente.

Outros resultados abrangentes

As mutações do patrimônio líquido que não representam receitas e despesas realizadas são denominadas "Outros Resultados Abrangentes" (ORA) e incluem alterações que poderão afetar o resultado de períodos futuros ou, em alguns casos, nem mesmo circularem pelo resultado. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da conta de outros resultados abrangentes é composto por ganhos/perdas com derivativos.

Distribuição de dividendos

Em 21 de junho de 2023 foi assinado o acordo de acionistas determinando que a distribuição dos dividendos prioritários não cumulativos e/ou JCP conferidos às ações preferenciais seguirá os seguintes limites do lucro líquido distribuível: entre 2024 e 2027 (inclusive) = 60% e a partir de 2028 = 75%. Para os exercícios de 2024, foi estipulado um limite máximo de distribuição que será de R\$ 200 milhões e R\$ 250 milhões, respectivamente. O primeiro aditivo ao acordo de acionistas datado de 25 de janeiro de 2024 altera o percentual de distribuição de dividendos aplicável até o exercício de 2027 para 62,50% e, a partir de 2028 seja 77,50%.

A distribuição do resultado em 31 de dezembro de 2024, está representada da seguinte forma:

	2024
Lucro do exercício	794.499
Constituição da reserva legal	(39.725)
Reserva de incentivo fiscal	(164.638)
Base para distribuição	590.136
Dividendos mínimos obrigatórios	147.534
Dividendos intercalares	(542.317)
Dividendos adicionais propostos	47.819

Durante o exercício de 2024, a Companhia realizou o pagamento de dividendos intercalares no valor de R\$ 542.317, superando o valor de dividendos mínimos obrigatórios que seriam distribuídos, dessa forma, o resultado após as constituições das reservas e distribuição dos dividendos intercalares foi constituído como dividendos adicionais propostos para que seja distribuído posteriormente.

23. Eventos subsequentes

Em 01 de março de 2025, a Parnaíba VI iniciou a operação comercial da unidade geradora de turbina a vapor da Usina Termelétrica MC2 Nova Venécia 2, localizada no Complexo Parnaíba, em Santo Antônio dos Lopes, Maranhão. A unidade, autorizada pela ANEEL, possui capacidade instalada de 92,254 MW, com potência limitada em 87,220 MW.

Marcelo Cruz Lopes

Diretor Presidente

Marcelo Campos Habibe

Diretor

Certificate Of Completion

Envelope Id: 7AD5A3E5-9CAD-4D70-908F-8AB3560BCAC9
 Subject: Complete with Docusign: DF Eneva Part. III_4º ITR 2024_28.04 assinar 2.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Source Envelope:
 Document Pages: 34
 Certificate Pages: 2
 AutoNav: Enabled
 Envelopeld Stamping: Enabled
 Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed
 Envelope Originator:
 Gabriel Barreira
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
 andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
 São Paulo, São Paulo 04538-132
 gabriel.barreira@pwc.com
 IP Address: 10.104.81.137

Record Tracking

Status: Original 29 April 2025 17:02	Holder: Gabriel Barreira gabriel.barreira@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 29 April 2025 17:07	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

Signer Events

Guilherme Valle
 Signer Role: Partner
 guilherme.valle@pwc.com
 Partner
 PwC BR
 Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature

DocuSigned by:

 E63126604DEE407...
 Signature Adoption: Pre-selected Style
 Using IP Address: 134.238.160.201

Timestamp

Sent: 29 April 2025 | 17:04
 Viewed: 29 April 2025 | 17:06
 Signed: 29 April 2025 | 17:07

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card
 Signature Issuer: AC SyngularID Multipla
 Signer Role: Partner

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via Docusign

In Person Signer Events

Signature

Timestamp

Editor Delivery Events

Status

Timestamp

Agent Delivery Events

Status

Timestamp

Intermediary Delivery Events

Status

Timestamp

Certified Delivery Events

Status

Timestamp

Carbon Copy Events

Status

Timestamp

Gabriel Barreira
 gabriel.barreira@pwc.com
 PwC BR
 Security Level: Email, Account Authentication (None)
Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via Docusign

COPIED

Sent: 29 April 2025 | 17:07
 Viewed: 29 April 2025 | 17:07
 Signed: 29 April 2025 | 17:07

Witness Events

Signature

Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp
----------------------	------------------	------------------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	29 April 2025 17:04
Certified Delivered	Security Checked	29 April 2025 17:06
Signing Complete	Security Checked	29 April 2025 17:07
Completed	Security Checked	29 April 2025 17:07

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------